

UMA LEITURA SOBRE A CIDADE

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo
Pesquisadora CNPq
anafanic@usp.br

RESUMO

A pesquisa urbana revela que é possível pensar a cidade, o urbano, a partir de várias abordagens e tendências teórico-metodológicas. Este texto apresenta uma dessas possibilidades, isto é, a análise da cidade a partir da obra de Henri Lefebvre. Nesta vertente de pensamento, a constituição do raciocínio contido neste texto tem como categoria central de análise: a produção/reprodução que, em seu desdobramento, coloca no centro do debate sobre o mundo moderno, hoje, a realização da sociedade enquanto sociedade urbana e do espaço, enquanto espaço mundial, a partir da explosão da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: cidade; urbano; Geografia; espaço; reprodução.

A READING ON THE CITY

ABSTRACT

Urban research shows that is possible to think the city and the urban from several approaches and theoretical methodological tendencies. This paper presents one of these possibilities, to say, the analysis of the city from the point of view found in Henri Lefebvre writings. In this source of thought, the foundation of the argument inside this text is focused on a category of analysis: the production/reproduction. When its development puts inside the center of debate (about the modern world, today) the realization of the society as an urban society and the space as worldwide space from de city's explosion.

KEY-WORDS: city; urban; Geography; space; reproduction.

Iniciamos este texto¹ reafirmando uma preocupação: não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico, ora como meio ambiente urbano (nesta dimensão, “naturalizada”), e em ambos os casos, ocultando o conteúdo da prática socioespacial que lhe dá forma e conteúdo. Também tenho insistido no fato de que a Geografia vem sendo invadida pela necessidade de sua aplicação, revelando o discurso do mercado em direção a um pragmatismo que, se não impede a teorização, descarta-a de forma preconceituosa. Esses fatos revelam que se vivemos uma crise da cidade, como decorrência do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada (sinalizada pelo aprofundamento dos processos de segregação urbana), presenciamos, também, uma crise teórica, o que indica que a análise do mundo deve considerar uma articulação necessária entre teoria e prática. Portanto a Geografia Urbana deve contemplar em sua análise sobre o fenômeno urbano, uma crítica à formulação do saber sobre a cidade. Isso porque é impossível separar a produção social da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade; como escreve Lefebvre, “[...] a teorização não suprime a problemática do mundo moderno - ela contribui para colocar as questões com mais força” (LEFEBVRE, 1985, p. 129); portanto, a análise da cidade deve passar pela amplitude de uma dupla dimensão crítica: crise teórica e prática.

Essas afirmações apontam a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática socioespacial que se realiza na cidade enquanto desafio para desvendar a realidade urbana em sua totalidade, bem como, das possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade. Essa perspectiva ilumina a armadilha da redução do sentido da cidade àquela de condição da reprodução do capital, ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana. Assim, à necessidade de desvendamento dos processos constitutivos do espaço social, adiciona-se a construção de uma teoria sobre a cidade.

A realidade urbana coloca-nos diante de problemas cada vez mais complexos, que envolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização, hoje, uma tarefa que deve ser coletiva. Esta revista pretende trazer em suas páginas, através de um debate fundado em várias perspectivas teórico-metodológicas, as possibilidades abertas com a

¹ Este texto foi redigido tendo como ponto de partida o artigo “Les défis à la construction de la problématique urbaine” elaborado por ocasião “Du colloque centenaire d’Henri Lefebvre” realizado pela associação “La somme et le reste”, Paris, 2002.

pesquisa urbana em Geografia. Por outro lado, não se pode ignorar o conhecimento acumulado sobre a cidade que contempla um profícuo debate interdisciplinar como esforço das ciências parcelares na direção de sua elucidação. Esse conhecimento acumulado revela-nos a cidade enquanto obra da civilização, bem como o lugar de possibilidades sempre ampliadas para a vida humana; ao mesmo tempo em que um desafio se eleva no horizonte das análises urbanas; poderiam as ciências parcelares, isoladamente, construir um entendimento sobre a cidade em sua totalidade? E nessa direção, qual a contribuição possível de cada uma para a constituição de um entendimento da cidade como ponto de partida para o desvendamento do mundo moderno?

Em primeiro lugar, a compreensão da cidade pensada na perspectiva da Geografia, coloca-nos diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material; esta, por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, sinalizando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. No Brasil, no plano da pesquisa urbana, várias perspectivas teórico-metodológicas despontam no horizonte; mas se os caminhos da pesquisa são múltiplos, nenhuma corrente pode ter a pretensão de ser a "verdadeira". O processo de constituição do conhecimento, ao longo da história, revela um caminho ininterrupto de superações sucessivas e necessárias, questionando a idéia de conhecimento como produtor de verdades absolutas, visto que a realidade, ela própria, se reproduz de modo ininterrupto de superação.

É assim que nossas pesquisas revelam várias vertentes apoiadas em paradigmas e abordagens diversas, dentre as quais, uma vertente fenomenológica, uma corrente histórico-geográfica, uma corrente marxista e (o que o Maurício de Abreu denominou) uma corrente "marxista-lefebvriana" (mais recente), na qual me incluo. Essas correntes revelam perspectivas possíveis, abertas à pesquisa. Cabe avaliá-las sem preconceitos. Mas minha intenção, aqui, não é tecer um panorama sobre a história da pesquisa urbana realizada pela Geografia, mas aprofundar uma de suas perspectivas teórico-metodológicas como possibilidade de entendimento da cidade em sua totalidade. Posso inicialmente afirmar que essa matriz - marxista-lefebvriana - não se apóia num conjunto de paradigmas nem na constituição de um modelo de análise acabada; também, não se trata, evidentemente, de "geografizar" a obra de Marx e Lefebvre². O que o

² É indiscutível que o pensamento de Lefebvre traz uma importante contribuição para o estudo da cidade, mas convém esclarecer que a leitura da obra de Henri Lefebvre tem, como ponto de

pensamento de Marx nos propõe é uma crítica à formulação do saber ao mesmo tempo que uma crítica da redução do conhecimento a uma coleção de fatos; portanto, a leitura da cidade que me proponho a realizar, aqui, a partir da perspectiva sinalizada pela obra de Marx, é antes de mais nada, um método de análise da prática social, tomando a realidade em movimento, onde a crise, inerente ao processo de reprodução, pode ser um elemento revelador dos seus conteúdos.

Portanto, deixando de lado postulados e afirmações dogmáticas, podemos tomar como ponto de partida para desenvolvimento do raciocínio capaz de produzir uma “leitura geográfica sobre a cidade”, a idéia da cidade enquanto construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a história da cidade revela-a como obra e produto que se realiza como realidade espacial concreta, cujo movimento é produto de um processo histórico cumulativo, revelando ações passadas ao mesmo tempo que o futuro se tece no presente e, nesta condição, revela nas possibilidades presentes a vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade enquanto construção histórica se referem ao homem e a realização da vida humana. Da mesma forma, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática socioespacial, revelando a vida na cidade. A sociedade constrói um mundo objetivo através da prática socioespacial, revelando em suas contradições, um movimento que aponta um processo em curso, - que tem sua base no processo de reprodução das relações sociais - que se realiza enquanto relação espaço-temporal.

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática socioespacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares; esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo, enquanto apropriação do espaço – tempo determinado, aquele da sua reprodução da

partida, uma preocupação com a “Geografia” e não com a produção de um modelo interpretativo ou com a mera transposição de sua obra; portanto, trata-se antes de reflexão sobre o seu método de análise. Assim, a compreensão de sua obra tem como ponto de partida minha formação/preocupação geográfica e não o contrário.

sociedade. Assim se desloca o enfoque da localização das atividades, no espaço, para a análise do conteúdo da prática socioespacial, enquanto movimento de produção/apropriação/reprodução da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade – nesse contexto, a reprodução continuada da cidade se realiza enquanto aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida.

Desse modo, podemos afirmar que, além de objetos, o sentido da noção de produção revela um processo real amplo e profundo enquanto um conjunto de relações, modelos de comportamento, sistema de valores, formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Mas a produção se abre para a reprodução e, nesta direção, sinaliza o processo de desenvolvimento da sociedade humana, revelando a profunda dialética homem-natureza. Nesta perspectiva, a noção de produção supera – sem ignorar – o plano do econômico, colocando a análise num outro patamar, na medida em que a cidade revela o processo de generalização da troca, da constituição e ampliação do mundo da mercadoria, da concretização da ordem distante, no lugar, iluminando outras categorias de análise como aquela do cotidiano, apontando no lugar, a realização da vida enquanto prática socioespacial. Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, enquanto produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social, na medida em que se trata da realização do ser social ao longo do processo histórico. Deste modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.

Podemos afirmar que a análise deve captar o processo num movimento e, no mundo moderno, essa reprodução sinaliza a articulação indissociável de três planos: **o econômico** (a cidade produzida enquanto condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço); **o político** (a cidade produzida enquanto espaço de dominação pelo Estado, na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e **o social** (a cidade produzida enquanto prática socioespacial, como elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global, tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana.

Neste plano, a sociedade urbana se generaliza; isto significa que a tendência que desponta no horizonte é a generalização do processo de

urbanização, na medida em que a sociedade inteira tende ao urbano. Essa extensão do urbano produz novas formas, funções e estruturas sem que as antigas tenham, necessariamente, desaparecido, apontando uma contradição importante entre as **persistências** – o que resiste e se reafirma continuamente enquanto referencial da vida – e o que aparece como “**novo**”, caminho inexorável do processo de modernização. Mas há também a degradação de formas e relações sociais na cidade; portanto, a contradição revela um movimento triádico: preservação – degradação – transformação, enquanto característica do processo de reprodução da cidade, hoje.

Pensar o urbano nessa direção significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu, e, ao se realizar, tomou o mundo; é o momento da redefinição da cidade, de sua explosão, da extensão das periferias, da reprodução do espaço num outro patamar. Nesse sentido, a sociedade atual contemporânea aparece como sociedade urbana em constituição, o que significa que, ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade concreta, também sinaliza uma tendência, a possibilidade de sua realização. Nessa perspectiva, o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais. A prática urbana em sua totalidade, no plano mais amplo, aquele da reprodução das relações sociais, é uma pista importante para entender a cidade em sua totalidade, mesmo a partir das ciências parcelares.

Desse modo, a construção da problemática urbana nos obriga, inicialmente, a considerar o fato de que ela não diz respeito somente à cidade, mas nos coloca diante do desafio de pensarmos o urbano, não só enquanto realidade real e concreta, mas, também, enquanto virtualidade. A generalização da urbanização e a formação de uma sociedade urbana impõem um modo de vida que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais. No plano local, a análise da cidade indica uma prática social de conjunto espacializada, produzindo um espaço onde o uso se revela enquanto modo da reprodução da vida, através dos **modos de apropriação do espaço**, colocando a noção de reprodução no centro da análise.

É por isso que podemos afirmar que no espaço se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade, ao mesmo tempo que suas virtualidades. É nesta perspectiva que a cidade aparece como o “lugar do possível”. Nesse processo, a cidade revela, hoje, um momento em que a sociedade urbana está se constituindo a partir da generalização do processo de urbanização do mundo, evidenciando uma realidade concreta e virtual, e nessa direção.

A PRODUÇÃO (E A REPRODUÇÃO) COMO CATEGORIA CENTRAL

A noção de produção tal qual estamos apresentando tem um conteúdo mais amplo que aquele que a economia lhe confere; aqui a noção se refere à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos. Portanto, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais *lato sensu* - num determinado tempo e lugar - abrindo-se para um plano mais amplo e referenciando-se naquilo que Lefebvre chama de produção filosófica. Essa noção envolve a produção *stricto sensu* e suas relações mais abrangentes; significa, neste contexto, o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia, deixar de incorporá-lo) para estender-se ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade (englobando, também, as ações que fogem ou se rebelam ao “poder estabelecido”), bem como, as mudanças no processo de apropriação³. Envolve, portanto, um sério esforço no sentido de elucidar a produção em seus vários momentos. Isto é, o conceito também revela a generalização num processo conflituoso e contraditório, englobando todas as esferas da reprodução social; as relações sociais ganham concretude e materialidade num espaço que se produz num outro patamar que transcende a idéia clássica de localização. Portanto, há condições espaço-temporais objetivas que revelam e definem a prática social.

A noção de produção aponta outro desdobramento: aquele de sua reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe apenas ao plano do econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade mais ampla. Esse entendimento muda os termos da análise urbana.

Desse modo, a análise do fenômeno urbano, ao sublinhar o que se passa fora do âmbito do trabalho, acentua a esfera da vida cotidiana, de modo que a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção *stricto sensu* (a da produção de

³ “O conceito de apropriação é um dos mais importantes que nos chegou de séculos de reflexão filosófica. A ação dos grupos humanos tem sobre o meio material duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação. A dominação sobre a Natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa esta natureza, permitindo às sociedades substituí-las por seus produtos. A apropriação não arrasa, mas transforma a Natureza - o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados - em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido e finalidade da vida social”. (LEFEBVRE, 1978b, p. 164)

mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados. A vida cotidiana, nessa perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada) e, nesse sentido, guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. É, para Henri Lefebvre, na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano, um todo. Nessa direção, o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção da sua vida (e no que isto implica). É um lugar que se reproduz enquanto referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade e da memória; nessa dimensão, revelaria a condição do homem e da cidade, enquanto construção e obra.

Portanto, a (re)produção como categoria central de análise abre a perspectiva de analisar, antes de mais nada, a vida humana, pois aponta, em cada momento, um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que significa dizer que a produção se define com as características comuns em diferentes épocas; sustenta, nesta direção, uma realidade concreta, relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real, mas como a noção tem um caráter histórico, mais do que pensar numa produção específica, o conceito em Marx é globalizante e aponta tendências contraditórias: renovação/conservação/preservação/continuidades e rupturas - esse é o movimento delineado por Marx nos Grundrisse.⁴ Nesta direção, a noção de reprodução como tendência abre, também, como perspectiva analítica, o desvendamento da realidade urbana em constituição, revelando a vida cotidiana enquanto lugar da reprodução no seu sentido amplo.

Para Lefebvre, no século XX, a produção atravessa um período de modificação qualitativa; antes, a produção quantitativa predominava quase que exclusivamente (coisas e objetos); a partir dos anos 60, começa-se a produzir cada vez mais imagens, textos, signos, compondo um conjunto de produção imaterial - o que vai caracterizando, no entanto, essa produção é sua ambigüidade, isto é, a produção de imagens, signos permite sonhar, inventar, mas, na maioria dos casos, essa produção imita e simula uma realidade já existente. Nessa direção, a relação produção - reprodução - repetição pesa sobre a prática social, esboçando-se um conflito entre a produtividade (repetitiva) e a criatividade, iluminando novas contradições. (LEFEBVRE, 1986, p. 97-102)

⁴ Como a produção envolve o movimento da reprodução, a análise da prática espacial hoje revela a produção/reprodução do espaço. O desenvolvimento do processo de urbanização aponta esse caminho. (MARX, 1968)

É na segunda metade do século XX que o espaço e a cidade aparecem como problemas (LEFEBVRE, 1980). Faz parte do momento da reprodução em que o capitalismo integrou a cidade histórica; incorporou os espaços, antes desocupados, à troca; transformou o espaço social e político em real e operacional, dado e instrumento, necessidade e virtualidade; nesse momento o espaço aparece como elemento fundamental na manutenção das relações de dominação. Também aponta para a generalização da produção e do consumo. Significa, também, o desvendar de um modo de pensar a realidade social num momento em que a totalidade se dilui e só se pode perceber a fragmentação. Momento em que o processo de reprodução das relações sociais se realiza no plano mundial.

Mas

"[...] não é somente a sociedade inteira que se torna o lugar da re-produção (das relações de produção e não somente os meios de produção), mas o espaço inteiro. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e portanto fragmentado, esmigalhado, (só fragmentos de espaço se vende à clientela) o espaço torna-se a sede de poder. As forças produtivas permitem a quem delas dispõe dominar o espaço e mesmo de produzi-lo. Essa capacidade produtiva se estende ao espaço terrestre. O espaço natural é reduzido e transformado em um produto social pelo conjunto das técnicas, da física à informática; desse modo, o espaço se de um lado reproduz ativamente as relações de produção, de outro, contribui para sua manutenção e consolidação." (LEFEBVRE, 1973, p. 116, tradução da autora)

Assim, a noção de reprodução aparece no centro do processo de construção do entendimento do mundo moderno, a partir da análise da cidade e do urbano, na medida em que ela revela não só o caminho que o processo de urbanização aponta (e o caminho que a reprodução aponta é a urbanização da sociedade, revelando-se, no plano mundial, enquanto constituição da sociedade urbana e do espaço mundial), mas também, revelando o processo urbano, transformando profundamente a vida humana e, nesta direção, coloca como horizonte a questão da reprodução da vida humana. No plano do conhecimento, ao mesmo tempo em que torna possível apreender a realidade urbana num contexto mais amplo e mais profundo, permite a superação da fragmentação do conhecimento. Na perspectiva espacial, supera-se a dimensão ontológica, para construir o conhecimento de sua produção/reprodução.

O MOVIMENTO DA REPRODUÇÃO: DA HISTORICIDADE À ESPACIALIDADE

A sociedade constrói um mundo real e objetivo; na prática socioespacial, esse mundo se revela em suas contradições, num movimento que aponta um processo em curso, que se realiza enquanto relação espaço-temporal. Se como já apontei, as relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando, as relações sociais produzem um lugar determinado através de um tempo que marcaria a duração da ação. É assim que, espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade.

Assim, a ação que se volta para o fim de concretizar, ou melhor, viabilizar a existência humana, se realizaria enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática socioespacial. Para Lefebvre, o conceito de reprodução renovado, estendido, ganha papel importante na teoria "inicialmente inerente à marcha e ao funcionamento da vida social, não excluindo mudanças que a contrarrestam, a reprodução acaba por predominar, ela coincide com a identidade e repetição". Para o autor, esta tríade: reprodução/identidade/repetição adquire potência terrível, pois as modalidades anteriores não desaparecem, são superadas, persistindo como momentos. É no Estado e na sua escala que se realiza essa reprodução; um processo que caracterizaria, para o autor, um novo momento da história, aquele em que a reprodução domina sobre a produção. Deste modo, a análise do momento atual nos coloca diante dos termos da reprodução e não da produção. Abre-se com essa idéia a base para a formulação do raciocínio que estabelece um movimento que vai de uma dialética do tempo àquela do espaço.

Segundo Lefebvre, a segunda metade do século XX, particularmente os anos 70, aponta uma mudança no sentido da história, onde não se reconhecem mais os traços da historicidade, pois as histórias particulares realizam-se agora no seio do mundial que se anuncia. O mundial passa a ser o ponto de partida e de chegada da análise, colocando acento sobre o possível e não sobre o real. Nesse sentido, o mundo se faz mundo, tornando-se o que era virtualmente (LEFEBVRE, 1978a, p. 435). As virtualidades abrem, em cada época, uma pluralidade de possíveis que se cumpre no processo histórico e registra que há um salto qualitativo do histórico ao mundial. Todavia a relação historicidade - mundialidade é conflituosa, "o conflito entre historicidade-mundialidade resolve-se na produção de um espaço mundial enquanto obra do tempo histórico no qual

este se realizou". Assim o espaço como terceiro termo da relação articula-se na tríade "historicidade-mundialidade-espacialidade". A mundialidade estabelece-se com o domínio do espaço sobre o tempo que foi totalizado no espaço, pois este contém o tempo (um emprego de tempo, uma vez que o espaço social só existe no uso). Portanto a predominância da espacialidade que se anuncia, faz parte da mundialidade.⁵

A meu ver este movimento se realiza enquanto movimento da reprodução social, o que significa que há na história um momento em que o processo de reprodução se realiza num outro patamar: aquele da produção/reprodução do espaço; momento em que implodem os referenciais vindos da história. Na metrópole, por exemplo, ela se revela enquanto possibilidade de realização do capital financeiro que produz um "novo espaço" composto pelos edifícios voltados aos serviços modernos, ou ainda da produção de espaços de lazer acompanhando a produção destes edifícios a partir da destruição de bairros inteiros, "apagando os rastros da produção anterior".

Portanto, a noção de reprodução, saída do desenvolvimento da noção de produção, revela o fato de que não se trata apenas e tão somente do universo da produção de mercadorias, que embasa a idéia de cidade enquanto concentração, uma vez que o crescimento econômico e a industrialização caminham no sentido de que a concentração da população acompanha a concentração dos meios de produção, mas refere-se ao fato de que o modo de produção capitalista, em seu movimento de realização, revela uma reprodução mais ampla. Nesse plano, o processo refere-se à cidade de modo integral.

É nesse plano também, que pode ser detectado uma tendência: aquela da instauração do cotidiano como elemento constitutivo da reprodução na metrópole. Essa tendência vai se estabelecendo através do conflito entre a imposição de novos modelos culturais e de comportamento, agora, invadidos pelo mundo da mercadoria, estabelecida no plano do mundial, e as especificidades da vida no lugar com a persistência de antigas relações. As novas condições de existência se realizam desigualmente pela criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana, transformando radicalmente a sociabilidade, posto que produz transformações nos usos do espaço, empobrecendo a vida à medida que as

⁵ "[...] a história perdeu a dignidade eminente e a perda de referencial (declínio já percebido por Nietzsche). Desde então ela perdeu a presença, instante e obsessão da lembrança e não , mais que representação. Nessa crise se , verdade que o futuro e o possível se esclarecem pelo passado, o futuro reserva surpresas, pois ele se define pelo mundial (espaço) e não pelo histórico (tempo)". (LEFEBVRE, 1978a, p. 94, tradução da autora)

relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica - que requer a construção de novos espaços - que vai modificando as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática socioespacial.

A articulação global/local impõe-se à sociedade, determinando novos padrões de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, pelo desenvolvimento da mídia que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida, pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares, ao mesmo tempo que os isola), num espaço-tempo diferenciado e desigual. O choque entre o que existe e o que se impõe como novo constitui a base das transformações da metrópole onde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições entre o centro e a periferia.

Na prática socioespacial, esse mundo se revela em suas contradições; no Brasil, vividas de forma mais aguda e profunda. Na metrópole de São Paulo, por exemplo, o planejamento urbano autofágico tende a destruir a cidade, pois destrói as formas urbanas. Como consequência, destrói as referências urbanas que agem sobre a identidade, reproduzindo a cidade enquanto exterioridade. Nesse processo, gesta-se a situação de estranhamento do habitante diante da cidade, iluminando o processo de produção alienada da cidade. Assim, a realidade urbana se constrói com essas contradições: de um lado, os sinais, os códigos delimitando e marcando o processo de mundialização pela articulação da cidade ao plano do mundial; de outro, o lugar se reproduzindo como exterioridade em relação ao indivíduo.

No plano do lugar, a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada marca e delimita a vida cotidiana, isto porque numa sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido enquanto mercadoria, liga-se, cada vez mais, à forma mercadoria. Nessa condição, serve às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reprodutível, a partir de estratégias do desenvolvimento do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. O espaço, produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se

reproduz, ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Desse modo, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível. (CARLOS, 2001)

O movimento da reprodução, em suas várias dimensões, preso a uma totalidade ampla, aberto, liga-se à construção do espaço mundial e à constituição da sociedade urbana, redefinindo os termos da chamada “globalização” em muitas análises, reduzida aos seus aspectos econômicos. É assim que, no quadro de constituição da sociedade urbana, revela-se, ao mesmo tempo, uma tendência à homogeneização, um processo de fragmentação tanto do espaço, quanto do indivíduo. Isto porque, se o processo de homogeneização vincula-se à construção do espaço enquanto mercadoria (equivalente geral), a fragmentação se liga à existência no espaço da propriedade privada. Desse modo, o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado em que a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano. O processo de fragmentação da cidade caminha junto ao processo de mundialização, de forma contraditória. Homogêneo, a fragmentação do espaço da cidade também revela a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social. Essa estratificação revela as formas da segregação urbana.

A prática urbana ganha sentido na reprodução das relações sociais, em que se defrontam as estratégias da reprodução das frações de capital e da vida social, mudando, significativamente, os elementos da análise urbana, abrindo a perspectiva para o entendimento do conjunto da sociedade. Nesse sentido, o fenômeno urbano revela uma universalidade. A extensão do processo de industrialização coloca para Lefebvre uma hipótese mais abrangente: a da urbanização total da sociedade. O que significa dizer que se a industrialização está posta no horizonte ou nos estudos urbanos como um elemento para o debate, a problemática urbana avança e transcende a problemática posta pela industrialização. Se a industrialização permitiu a generalização da mercadoria, a extensão ampliada da base do capital, o processo de reprodução da sociedade, hoje, se realiza num outro patamar: aquele da esfera da vida cotidiana e da cidade e não só na esfera da produção de mercadorias e da fábrica – esta é uma consequência do

desenvolvimento da noção de produção. O conceito de reprodução revela o urbano como momento da reprodução saído da história da industrialização e a tendência da sociedade urbana que resulta da urbanização quase que completa da sociedade. Nascida da industrialização, nossa sociedade se concebe enquanto sociedade urbana, a partir da explosão, da transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida.

Esse movimento da história inaugura o que Lefebvre denomina período transhistórico.

OS DESAFIOS POSTOS PELA OBRA LEFEBVRIANA

No que diz respeito à análise urbana, uma afirmação chama atenção na obra de Lefebvre: o fato de que, segundo o autor, o pensamento marxista negligenciou as questões relativas ao espaço e ao urbano exatamente porque a reflexão marxista se orienta desde o início sobre a análise crítica da produção *stricto sensu*; isto é, presa exclusivamente ao seu sentido econômico - aquele da empresa e do trabalho produtivo. Só recentemente tomaram consciência dessa problemática, mas mesmo assim de "modo simplificado". Lefebvre afirma que surgiu uma ideologia não atacada pelos marxistas, segundo a qual, a produção industrial, trazendo em si o essencial da vida social e política, coloca apenas problemas administrativos; se há um erro, ele depende da gestão capitalista da indústria e de uma planificação racional das forças produtivas. Com isso, tenta-se restituir a coerência do processo de crescimento simplificando o real, porque se reduz a realidade urbana e espacial a assuntos de renda da terra, de especulação imobiliária, ou ainda ao papel dos promotores e dos bancos; esses elementos são importantes para entender a cidade, mas são insuficientes. Portanto, a questão que se coloca é como se realiza a superação dessa situação teórica.

Para mim, o caminho possível para a superação dessa situação refere-se à idéia de que os problemas postos pela urbanização, hoje, devem ser entendidos no âmbito do processo de reprodução geral da sociedade. É assim que o conceito de reprodução ganha sentido iluminando outras categorias de análise. O desvendamento e a amplitude da noção de produção revelam a produção enquanto criação, autocriação do ser humano em suas determinações, possibilidades, decisões; isto é, Lefebvre nos coloca diante da idéia de que o modo de produção precisa se reproduzir, uma reprodução que não coincide com a produção dos meios de produção, mas se efetua também em outros planos, colocando-nos diante das

"novas produções" capazes de explicitar o mundo moderno: o espaço, o urbano, o cotidiano (cotidianeidade). Essas novas produções marcam o sentido e as possibilidades, criadas na história, por uma determinada sociedade no seio da qual as contradições e os conflitos se manifestam, pois essa **novas produções se confrontam com permanências**.

À questão - onde se formulam os problemas da produção da existência humana; isto é, a existência social dos seres humanos, Lefebvre responde: no cotidiano, e completa: mas é no urbano que o cotidiano se instala. Na obra de Lefebvre, a preocupação com o espaço aparece no momento em que a expansão do modo de produção capitalista fica condicionada à produção do espaço. Esse é para o autor o momento da redefinição da cidade, de sua explosão, da extensão das periferias, da construção de um novo espaço. Nessa direção, a problemática urbana aparece como mundial; e a sociedade só pode se definir enquanto planetária. Por outro lado, no mundo moderno, há para Lefebvre, o conflito entre as forças homogeneizantes e as forças diferenciadoras; este é para o autor, o desafio - a compreensão de nossa época - é, exatamente a coabitação entre novas relações e a permanência de antigas; isto é, a sociedade se moderniza e se unifica ao mesmo tempo que se diferencia; é o fim de uma certa história e início de uma historicidade consciente dirigida.

Nesse caminho, a reflexão sobre a mundialidade aponta para a espacialidade, o momento da história em que o espaço predomina sobre o tempo, contendo em si a finalidade geral ou orientação comum a toda atividade, dos trabalhos divididos à cotidianeidade. O **espaço inteiro** se torna o lugar da reprodução da vida material e humana.

Como já afirmamos, o urbano aparece na obra de Lefebvre enquanto realidade real e concreta e, enquanto virtualidade, onde a crítica confronta o real e o possível; assim, a cidade está, indissociavelmente, ligada à vida do homem. Com essa idéia, o autor nos coloca diante de um novo humanismo⁶ baseado num projeto que rompe o racionalismo (que toma a forma de dominação) e projeta a realização da filosofia na prática. É assim, que para formular seu projeto poético de mudar a vida de todo seu aspecto irrealista, Lefebvre introduz a noção de cotidianeidade, transformando os termos do problema na medida em que traz uma nova idéia da pobreza e da riqueza

⁶ Para o humanismo marxista, o homem é o ponto de partida do pensamento e da ação revolucionária; ele nos coloca diante da necessidade da realização/emancipação do homem pela abolição de suas condições de exploração e opressão, colocando-nos diante das necessidades de sua liberação. Para Lefebvre, o homem, hoje, compreende mal as suas relações com a sociedade, e ao invés de dominar as relações é dominado por elas, que são manipuladas pelas forças econômicas e sociais, o que implicaria em encontrar a unidade entre consciência privada e consciência social.

das relações sociais, o que permite que se formulem exigências práticas. A primeira é que o Estado se apague diante dos interesses dos grupos humanos, fazendo com que a metamorfose da vida cotidiana seja produto da intervenção dos interessados e não da simples consulta dos indicados (aqui seu raciocínio se abre para pensar a auto-gestão). Nessa direção, o humanismo contempla a realização das virtualidades do humano, aberto segundo o autor, para as relações conflitantes do possível e do real, pois para ele, o mundo não é um simples produto de contradições objetivas, mas contempla determinações possíveis e decisões.

Algumas questões ganham significado novo a partir de seus trabalhos. Em primeiro lugar a diferenciação/imbricação entre os conceitos de cidade e de urbano (esse, em processo de constituição) e, nessa condição, se abre à análise a discussão sobre a constituição da sociedade urbana. Assim, o urbano acentuaria a constituição da humanidade do homem – tema que desenvolve a partir de sua preocupação com os sentidos mais profundos do termo produção. Significa que seu método relativiza toda afirmação que tende a erigir-se em absoluto para iluminar o possível – baseado num pensamento que se apóia no virtual (idéia que ganha sentido na transdução).

Nessa direção, a sociedade urbana não designa mais a vida na cidade, mas surge da explosão (com a imensa urbanização) da cidade, com os problemas da deterioração da vida urbana. Enquanto momento histórico, o urbano não só engloba como transcende a cidade; é assim que, para Lefebvre, o conceito de urbano permite analisar um duplo processo: aquele de implosão-explosão - a cidade de origem não desaparece com a modernidade ao mesmo tempo em que se dispersa em torno dela a aglomeração. Por outro lado, o termo designaria um processo mais amplo "onde se desenvolve a modernidade e cotidianidade no mundo moderno"; o modo de produção existente ampliou o domínio da mercadoria, estendendo seu poder para todo o território, inundando e redefinindo relações sociais. Desse modo, o urbano acentua a produção do cotidiano (LEFEBVRE, 1986) que, longe de reduzir-se ao trivial, sinaliza o contexto da reprodução; dominada e organizada pelo processo de reprodução, a vida cotidiana se transforma num espaço de cuidados, que tende a constituir-se em sistema, porque a reprodução no mundo moderno não se faz ao acaso. Aparece, como resultado do mundo da mercadoria, como programa do capitalismo e do Estado que organizam a vida cotidiana, porque organizam a sociedade de consumo.

É nesse sentido que Lefebvre (1972) afirma que a problemática urbana se desloca e modifica, profundamente, a problemática saída do processo de

industrialização. Isto porque há um salto qualitativo importante; o crescimento quantitativo da produção econômica produz um fenômeno qualitativo que se traduz numa problemática nova: a problemática urbana.

Esse momento aponta para o fato de que há exigências novas no capitalismo; momento em que a produção cessa de assegurar espontaneamente a reprodução, momento em que a historicidade se transforma em mundialidade (que significa para Lefebvre, espacialidade e não historicidade). O capitalismo, no curso de sua realização, se transforma; a reprodução sai da produção de mercadorias "para ganhar a sociedade toda". A reprodução, em seu movimento real, envolve tendências contraditórias. O cotidiano aparece como nível da análise em que se estabelece o neocapitalismo, afirma Lefebvre; é o lugar onde se reproduzem as relações sociais para além do lugar do trabalho, isto é, na sociedade inteira, no espaço inteiro.

A análise do urbano também revela a relação espaço – tempo; um tempo restrito ao tempo produtivo – no qual os ritmos envolvidos pela racionalidade do trabalho se estabelecem numa prática espacial que revela o espaço opressivo/repressivo. Lefebvre também chama atenção para o fato de que essa expansão da reprodução, que se dá hoje no plano do mundial, cria um outro sentido para as relações sociais numa esfera mais abrangente, as leis econômicas e sociais perdem o aspecto físico (natural) descrito por Marx, logo cegas e espontâneas, para se tornarem, cada vez mais, constrangedoras sob uma cobertura contratual. (LEFEBVRE, 1973, p. 116-7)

O que me parece importante resgatar para a análise é que a cidade se revela concretamente, e através do uso que dá sentido à vida; é no uso (como ato e atividade) que a identidade se realiza como atividade prática que sustenta a memória. Assim se revela o conteúdo da prática socioespacial. É nessa dimensão que a vida se transforma, na transformação dos lugares da vida. É nesse plano que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando e normatizando os usos, através dos interditos e da norma. É nesse plano que as lutas se realizam. É nesse plano que as contradições aparecem com força, revelando o sentido e o caminho da reprodução da cidade. É neste plano que o espaço é vivido e percebido como fragmento. É por isso que a caracterização, no mundo moderno, lido através da cidade, como aquele da vitória do valor de troca sobre o valor de uso, dá outro sentido ao debate em torno do espaço público, bem como dos modos de apropriação em face da generalização do espaço enquanto mercadoria, com a generalização da propriedade privada do solo urbano, em constituição de um espaço sujeito à dominação do valor

da troca pela especulação, pelo investimento de capital. Na contrapartida, o espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso – um valor de uso – o que desmistifica o discurso, tão evidente hoje, que reduz o cidadão à condição de usuário de serviços, num espaço geométrico e visual onde a vida cotidiana é programada pelo consumo manipulado. Aqui, o direito à cidade, que se refere às possibilidades plenas da apropriação dos espaços para a vida em todas as suas dimensões, esvazia-se, pois o "usuário" é reduzido à passividade e ao silêncio a não ser quando se revolta.

Esse conflito entre uso e troca é prático e diz respeito a uma prática socioespacial real e concreta, em que o uso corresponde a uma necessidade humana em torno da qual surgem os conflitos. Aqui a questão do território, nas palavras do autor, se coloca para cada um e para todos. É aqui que a propriedade luta contra a apropriação de modo evidente no espaço – a troca e o valor de troca lutam contra o uso, contra o corpo e o vivido (sem todavia se reduzir a esse nível da realidade). Aqui se revela o papel do Estado, fundamental na produção do espaço e da cidade. O direito à cidade se realiza nas possibilidades reais de apropriação, pela subordinação do valor de troca ao uso (e não o contrário), da constituição da cidade enquanto espaço de criação superando a contradição usuário – usador.

Nessa direção, a potencialidade do uso também se revela no cuidado que diferencia o habitar (analisado enquanto atividade, obra) do habitat, momento em que a casa foi reduzida à função de mercadoria; uma funcionalidade produzida e determinada por razões técnicas, "fornecendo um receptáculo no qual se instala a vida cotidiana." (BOUDON, 1969, p. XI). Nesse momento histórico, a "cidade obra" desaparece diante da generalização do produto, na medida em que o valor de uso tende a submeter-se ao de troca. Como consequência, esse processo traz a implosão das antigas relações de vizinhança, a perda da identidade em função da destruição dos referenciais urbanos vindos do passado, a transformação dos antigos valores que se confrontam na cidade. Aqui a morfologia espacial e a morfologia social se justapõem, iluminando a segregação que se realiza de formas múltiplas com a generalização da propriedade privada.

Há, portanto, uma complexidade de relações. Para o indivíduo, por exemplo, a cidade é o lugar do desejo e de um conjunto de coações que inibe os desejos, e nessa direção a cidade sustenta o sonho e o imaginário – que explora o possível. A cidade e o espaço têm múltiplas funções que não esgotam o real;

"[...] o espaço e a cidade são ser poético e expressão duramente positiva. A cidade e o urbano suscitam um saber e um lirismo, formam uma totalidade aberta e parcial, níveis de totalidades mais vastas. E por que o marxismo deveria evacuar o simbólico, o sonho e o imaginário?" (LEFEBVRE, 1978a, p. 270, tradução da autora).

O sentido da cidade enquanto obra da civilização – que não se reduz à sua construção física – diz, respeito à construção da humanidade do homem. Por isso o caminho de Lefebvre permite a leitura da história e de nossa condição no mundo moderno, incluindo a idéia de um projeto para a sociedade. Portanto, o desvendamento do conteúdo do mundo moderno passa pela discussão sobre a reprodução da cidade, hoje, quando o desafio é pensar a prática socioespacial com o sentido das apropriações reais e possíveis, bem como da luta em torno delas. A cidade é o lugar das coações, mas também da liberdade.

Assim, na perspectiva analítica aqui desenvolvida, a cidade é o “lugar do possível”.

"Ela reúne todos os níveis da realidade e da consciência, os grupos e suas estratégias, os subconjuntos ou sistemas sociais, a vida cotidiana e a festa, comportando um grande número de funções, a mais importante das quais esquecida pelos funcionalistas, que é a função lúdica. Engloba coações imperiosas e apropriações rigorosas do tempo e do espaço, da vida física e dos desejos [...]; a cidade é produto do possível [...]; a concepção desse possível se baseia não na análise do atual, mas na crítica do atual, enquanto é ele rompido pela análise, pela ideologia e pela estratégia baseada no entendimento analítico e não na racionalidade dialética". (LEFEBVRE, 1969, p. 64-5)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. *Penser la ville* (Choix de texts philosophiques). Bruxelles: AAM editions, 1989.
- BOUDON, F. *Pessac de Le Corbusier*. Paris: Dunod, 1969.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) *O espaço no fim de século: nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOTANYI, A.; VANEIGEM, R. *Internationale Situationiste*. Boletim n. 6, agosto de 1961. Paris: Fayard, 1997.

LATOUR, Patricia; COMBES, Francis. *La conversation avec Henri Lefebvre*. Paris: Messidor, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Posição contra os tecnocratas*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.

_____. *Le droit a la ville*. Paris: Anthropos, 1972a.

_____. *Espace et politique* (suite le droit a la ville). Paris: Anthropos, 1972b.

_____. *La survie du capitalisme*. Paris: Anthropos, 1973.

_____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

_____. *Les temps de méprises*. Paris: Stock, 1975.

_____. *De l'Etat*. Paris: Union Générale, 1978a. (volume 4: Les contradictions de L'Etat moderne).

_____. *De lo rural a lo urbano*. 4.ed. Barcelona: Península, 1978b.

_____. *Une pensée devenu monde*. Paris: Fayard, 1980.

_____. *"Qu'est-ce que penser"*. Paris: Éditions Publisud, 1985.

_____. *Le retour à la dialectique: 12 mots clés*. Paris: Messidor, 1986.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MARTINS, José de Souza (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, K. *Fondements de la critique de l'économie politique*. Paris: Anthropos, 1968. 4 vol.

RONCAYOLO, Marcel. *Les grammaires d'une ville* (essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille). Paris: EHESS, 1996.

_____. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1990.

_____. *Formes des villes* (Ville, Recherche, Diffusion). Nantes: Université de Nantes, s/d. Mimeografado.

Recebido em 20/07/2003

Aceito em 15/09/2003